

NÃO CLASSIFICADO



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL
DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE PESSOAL MILITAR
REPARTIÇÃO DE GESTÃO DOS MILITARES EM RV/RC/RCE**

Para: Regimento de Guarnição N.º 1

C/C: Quartel-General da Zona Militar dos Açores
Quartel-General do Comando das Forças Terrestres
Direção de Serviços de Pessoal

NOTA

N.º: CMDPESS-DARH.DPM.RGMRC.SGP-2024-I-034813

Proc.º 10.150

Data: 11 de dezembro de 2024

Assunto: INGRESSO EM RC - 2CB RV, NIM 08938125, BRUNA BORGES


- Ref.ª (s):**
- a) Lei 174/99, de 21 de setembro, na sua redação atual (LSM);
 - b) Decreto-Lei n.º 289/00, de 14 de novembro, na sua redação atual (RLSM);
 - c) Decreto-Lei n.º 77/2023, de 04 de setembro (EMFAR);
 - d) Despacho n.º 156/CEME/01, de 16 de julho;
 - e) Despacho n.º 173/CEME/03, de 07 de outubro (NNCMRVRC);
 - f) Despacho n.º 54/CEME/18;
 - g) Nota RG1-SECPES-2024-I-001354, de 30Out24, do RG1.

Relativamente ao assunto em epígrafe, por determinação do Exmo Diretor da DARH, em suplência, encarrega-me o Coronel Chefe da DPM, de comunicar que:

1. Nos termos do Despacho de **03Dec24**, do Coronel Chefe da DPM, praticado no âmbito das competências subdelegadas, foi DEFERIDO o requerimento através do qual a 2CB RV, ESP 07 - Serviços, NIM 08938125, BRUNA MENDONÇA FERREIRA BORGES, do RG1, solicitava o ingresso no RC.
2. A militar inicia o contrato estabelecido no n.º 1 do artigo 28.º da LSM, em 13Nov24 e termina em 12Nov26, data em que completa dois anos de contrato, duração mínima estabelecida pelo referido artigo.
3. A cessação do contrato, a seu pedido, nos termos estritamente previstos no artigo 264.º do EMFAR, só será viável após se verificar que procedeu às formalidades a que eventualmente estiver obrigado, por força do estipulado no n.º 1 e n.º 6 do despacho n.º 13 634/05, datado de 02 de junho, de S. Exa. o MDN – (DR n.º 117, de 21Jun05 – II Série – Pág. 9122).
4. A militar tem como AGPSP – ANGRA DO HEROISMO.
5. A militar continua colocada no RG1.
6. Deve a militar ser notificada, nos termos do artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, através da subscrição de uma declaração, que fica arquivada na Unidade de colocação, onde refira expressamente que tomou conhecimento integral desta nota.

NÃO CLASSIFICADO

NÃO CLASSIFICADO

 S. R. MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DO PESSOAL	Nota N.º CmdPess-DARH.DPM.RGMRC.SGP-2024-I-034813	Folha 2 de 2
	Proc.º 10.150	Data: 11/12/2024

O Chefe da Secção de Gestão de Praças em RV/RC/RCE

Ricardo Manuel Cavadas da Horta

Maj Inf

NÃO CLASSIFICADO